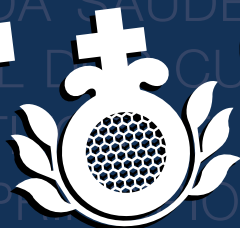


ESTA
TUT



S

E RE
GULA
MENTO
GERAL

ISJD

FICHA TÉCNICA

Título: ISJD - Estatutos e Regulamento Geral

Ano: 2018

Edição: Editorial Hospitalidade

Provincia Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus

Rua S. Tomás de Aquino, 20

1600-871 Lisboa

Tiragem: 300 Exemplares

Design: Diana Chaves | GCI@ISJD

Impressão e acabamento: Tutti Frutti - Produção



ÍNDICE

ESTATUTOS

Preâmbulo	7
Capítulo I Denominação, Natureza, Fins e Sede	9
Capítulo II Património e Receitas	12
Capítulo III Dos Orgãos Sociais	
Secção I Orgãos Sociais	13
Secção II Da Direção	17
Secção III Representação e Obrigações	20
Secção IV Conselho Fiscal	21
Capítulo IV Disposições Finais	22

REGULAMENTO GERAL

Preâmbulo	31
Capítulo I Princípios Gerais	32
Capítulo II Da Orgânica e das Competências	34
Capítulo III Da Direção do Instituto	
Secção I Da Direção do Instituto	36
Secção II Dos Poderes da Direção do Instituto	38
Secção III Dos Departamentos	41
Secção IV Das Assessorias	45
Capítulo IV Dos Estabelecimentos	
Secção I Da Orgânica Funcional	49
Secção II Da Direção e Administração dos Estabelecimentos	54
Capítulo V Do Conselho Fiscal do Instituto	61
Capítulo VI Disposições Finais	62

ESTATUTOS



PREÂMBULO

Por iniciativa da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus e ao abrigo da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português e do preceituado no artigo 454 do Código Administrativo, foi criado o Instituto S. João de Deus com o seguinte despacho oficial:

Direção-Geral da Assistência Social

Por Despacho do Ministro dos Assuntos Sociais de 11 do mês corrente:

Aprovados os estatutos por que é criada e deverá reger-se a pessoa colectiva de utilidade pública administrativa denominada “Instituto S. João de Deus”, com sede no Telhal, Mem Martins, Concelho de Sintra, os quais contêm trinta e três artigos, divididos por seis capítulos.

Direção-Geral da Assistência Social, 16 de Novembro de 1977

O Inspector Superior,
Diogo de Mello Sampayo 1-O-11839

(Publicado no Diário da República, N.º 288, III Série, de 9 de Dezembro de 1977, página 11.410)

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei nº76/2015, de 28 de junho que alteram o Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria nº 139/2007, de 29 de janeiro, e aplicável por força da Portaria nº 466/86 de 25 de agosto, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento nº 5, à inscrição nº 3/86, a fls. 7 e 7 verso do Livro nº 1 e fls. 183 do Livro nº 2 das Instituições com Fins de Saúde e considera-se efetuado em 20/06/2017, nos termos do nº 4 do artigo 9º do Regulamento acima citado*.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação - INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS

NIPC - 500 927 731

Sede - Rua São Tomás de Aquino, nº 20 - Lisboa

Fins - Prossegue fins de saúde, de assistência, de reabilitação e de reinserção social, nomeadamente, nas seguintes valências: psiquiatria e saúde mental, alcoologia, toxicod dependência, cirurgia e ortopedia, medicina física e de reabilitação, prestação de cuidados em geriatria e aos sem-abrigo, e prestação de cuidados nas valências da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e de Cuidados Paliativos.

Direção-Geral da Segurança Social, em 07 de julho de 2017

Pelo Diretor-Geral,
Ana Maria Luís Salgado
(Diretora de Serviços)

*Ver anexos nas páginas 26 e 27.



CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA, FINS E SEDE

Art.º 1

O Instituto S. João de Deus, adiante designado por Instituto, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criado e dirigido pela Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, adiante designada por Província, segundo os seus princípios e ideário, dotado de personalidade jurídica, canónica e civil, que, ao abrigo do Direito Concordatário, se rege pelos presentes Estatutos e pela legislação canónica e civil aplicáveis.

Art.º 2

1. O Instituto tem âmbito nacional e prossegue fins de saúde, de assistência, de reabilitação e de reinserção social, nomeadamente, nas seguintes valências: psiquiatria e saúde mental, alcoologia, toxicodependência, cirurgia e ortopedia, medicina física e de reabilitação, prestação de cuidados em geriatria e aos sem-abrigo, e prestação de cuidados nas valências da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e de Cuidados Paliativos.
2. Os fins e objetivos referidos no número anterior concretizam-se mediante a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas nomeadamente nos seguintes domínios:
 - a) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
 - b) Apoio à integração social e comunitária;



- c) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- d) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- e) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Art.º 3

1. O Instituto exerce a sua atividade em todo o território nacional e tem a sua Sede na Rua São Tomás de Aquino, número 20, Lisboa.
2. A Sede do Instituto poderá ser transferida para outra localidade do território nacional, por decisão do governo da Província.

Art.º 4

1. Para a prossecução dos seus fins, o Instituto dirigirá os Estabelecimentos a seguir identificados e cedidos pela Província, nos termos e nas condições dos artigos 6. e 7.



Casa de Saúde do Telhal, Algueirão-Mem Martins	SINTRA
Casa de Saúde S. João de Deus	FUNCHAL
Casa de Saúde S. Rafael	ANGRA DO HEROÍSMO
Casa de Saúde S. João de Deus	BARCELOS
Casa de Saúde S. Miguel	PONTA DELGADA
Hospital S. João de Deus	MONTEMOR-O-NOVO
Casa de Saúde S. José, Areias de Vilar	BARCELOS
Clínica S. João de Ávila	LISBOA
e outros que a Província lhe vier a confiar, nas mesmas condições.	

2. Mediante acordo, o Instituto poderá dirigir outros Estabelecimentos.

Art.º 5

1. A nomeação do Diretor de cada Estabelecimento é da competência da Direção do Instituto, segundo o espírito das Constituições e Estatutos Gerais da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.
2. As competências e os poderes de cada um dos Diretores, nomeados nas condições do número anterior, serão regulados por competente instrumento notarial outorgado pelo Presidente do Instituto.
3. A organização e funcionamento de cada um dos Estabelecimentos, nos termos do Regulamento Geral aprovado pela Direção do Instituto, compete à Direção deste.



CAPÍTULO II

PATRIMÓNIO E RECEITAS

Art.º 6

1. Os Estabelecimentos referidos no artigo 4.º são propriedade da Província que os cede ao Instituto, a título precário, podendo essa cedência ser a título gratuito, para aí desenvolver os seus fins estatutários.
2. O Instituto pode ser titular de quaisquer bens que lhe advenham por meios legítimos.

Art.º 7

1. O Instituto obriga-se a manter as instalações cedidas pela Província em perfeito estado de conservação, e a suportar todas as despesas de manutenção, de remodelação ou de ampliação, desde que estas se tornem necessárias para adequar aquelas aos fins do Instituto.
2. A realização de quaisquer obras, referidas no número anterior, só poderá ser efetuada mediante prévia e expressa autorização da proprietária.

Art.º 8

Constituem receitas do Instituto:

- a) Os rendimentos dos serviços prestados;
- b) Os rendimentos dos serviços de apoio às atividades estatutárias;



- c) Os rendimentos de bens próprios;
- d) Os donativos;
- e) As receitas provenientes de quaisquer iniciativas destinadas à angariação de fundos;
- f) Os subsídios ou participações de quaisquer entidades públicas ou privadas.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I - ÓRGÃOS SOCIAIS

Art.º 9

São Órgãos Sociais do Instituto:

- a) A Direção;
- b) O Conselho Fiscal.

Art.º 10

1. Os cargos dos Órgãos Sociais são desempenhados por membros da Província e têm a mesma duração dos cargos de governo desta, quatro anos.
2. Se for conveniente, por motivos justificados e com a autorização do Governo Provincial, pode um trabalhador do Instituto ou terceiro ser nomeado membro do Conselho Fiscal.



3. O mandato inicia-se com a tomada de posse.
4. O mandato termina no termo do respetivo período, sem prejuízo do dever de manutenção em funções até à posse dos novos titulares.
5. O presidente do Instituto só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

Art.º 11

1. As vacâncias em qualquer um dos Órgãos Sociais serão preenchidas nos termos das Constituições e Estatutos Gerais da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus no prazo máximo de um mês, a contar do cumprimento do estabelecido nos Estatutos Gerais da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.
2. Os membros da Província designados para as vacâncias, nos termos do número anterior, terminam os respetivos mandatos no termo correspondente aos titulares substituídos.

Art.º 12

1. O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais é gratuito, podendo, no entanto, os seus titulares ser remunerados em relação com a função desempenhada.
2. Se o volume do movimento financeiro da instituição ou a complexidade da administração o exigir, depois de proposto pela Direção, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, um ou mais membros da Direção podem ser remunerados dentro dos limites da lei.



Art.º 13

1. Aos membros dos Órgãos Sociais do Instituto não é permitido o desempenho de mais de um cargo nos órgãos do Instituto.
2. A nenhum membro dos corpos gerentes do Instituto ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, é permitido celebrar, direta ou indiretamente, qualquer negócio jurídico com o Instituto, a não ser que daí advenham vantagens claras para a instituição e tenha a decisão unânime e fundamentada de aprovação dos restantes membros da Direção e o parecer favorável do Conselho Fiscal.

Art.º 14

1. Os Órgãos Sociais são convocados pelos respetivos Presidentes, por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos.
2. Os Órgãos Sociais só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
3. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, assistindo ao Presidente o direito de voto de qualidade.
4. As votações que envolvam um juízo de valor sobre comportamentos ou qualidades das pessoas, respeitantes a eleições dos órgãos sociais, bem como as respeitantes a assuntos de interesse pessoal dos seus membros, são feitas por escrutínio secreto.
5. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito e no qual seja interessado, ou nos quais sejam interessados qualquer familiar em linha reta ou até ao



2º grau da linha colateral, e no caso do Conselho Fiscal, os respectivos cônjuges ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges.

Art.º 15

1. Os membros dos corpos gerentes não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados qualquer familiar em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, e no caso do Conselho Fiscal, os respectivos cônjuges ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges.
2. Os fundamentos das deliberações sobre a aprovação do conteúdo e celebração dos contratos referidos no número anterior devem constar das atas das reuniões dos respetivos corpos gerentes.

Art.º 16

1. Os membros dos corpos gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas ações ou omissões cometidas no exercício do mandato.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade quando:
 - a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
 - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.



Art.º 17

1. As Atas das reuniões dos Órgãos Sociais, contidas em livro onde conste o Termo de Abertura e o de Encerramento, exarados pelo respetivo Presidente, deverão ser assinadas obrigatoriamente por todos os membros presentes nessas reuniões.
2. O conjunto das atas é autuado e paginado de modo a facilitar a sucessiva inclusão de novas atas e a impedir o seu extravio. Pode manter-se o sistema de livro de atas.
3. Cabe ao secretário de cada órgão zelar pela conservação e guarda das respetivas atas.

SECÇÃO II - DA DIREÇÃO

Art.º 18

1. A Direção do Instituto é composta pelos 5 membros do governo da Província, devendo haver sempre um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.
2. O Superior Provincial será sempre, por inerência do cargo, o Presidente.
3. Os cargos de Secretário, de Tesoureiro e de Vogais, são distribuídos na primeira reunião convocada pelo Presidente, após a tomada de posse.

Art.º 19

1. São competências da Direção, como órgão de administração do Instituto:
 - a) Dirigir e administrar o Instituto;
 - b) Nomear os Diretores dos Estabelecimentos e coordenar as ações destes;
 - c) Promover a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto;
 - d) Celebrar acordos de cooperação com as entidades oficiais competentes;
 - e) Elaborar anualmente o orçamento e o plano de atividades, o relatório e contas de gerência e submetê-lo, para parecer, ao Conselho Fiscal;
 - f) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
 - g) Organizar o quadro do pessoal, contratar, gerir e exercer a ação disciplinar sobre o pessoal do Instituto;
 - h) Deliberar sobre a aceitação ou repúdio de heranças, legados ou doações;
 - i) Representar o Instituto em juízo ou fora dele;
 - j) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos do Instituto e respetivos estabelecimentos por ele dirigidos.

11. A Direção pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, ou constituir



representantes para esse efeito, designadamente profissionais qualificados ao serviço do Instituto.

Art.º 20

Compete em especial ao Presidente:

- a) Superintender na Direção e na Administração;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da Direção;
- d) Promover a execução das deliberações da Direção;
- e) Dar despacho aos assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando-os à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte;
- f) Representar o Instituto em juízo e fora dele e substabelecer poderes forenses, por lei permitidos, em advogados.

Art.º 21

Compete ao Secretário, coadjuvado por um Vogal, se necessário:

- a) Lavrar as atas das reuniões da Direção;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria;
- d) Substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;



- e) Providenciar pela publicitação no “site” do Instituto das informações ou suportes das contas do exercício, bem como das súmulas do programa e relatório de atividades e do orçamento, que a lei mande publicar.

Art.º 22

Compete ao Tesoureiro, coadjuvado por um Vogal, se necessário:

- a) Receber e guardar os valores do Instituto;
- b) Promover e zelar pela boa e adequada gestão de tesouraria.
- c) Apresentar à Direção, quando solicitado por esta, o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do período correspondente.

Art.º 23.º

A Direção reunirá ordinariamente uma vez por mês e sempre que for convocada pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos membros da Direção.

SECÇÃO III - REPRESENTAÇÃO E OBRIGAÇÃO

Art.º 24

1. A constituição de mandatários está sujeita à aprovação da Direção do Instituto.
2. Os atos praticados por terceiros só vinculam o Instituto quando mandatados expressamente pela Direção.



Art.º 25

1. O Instituto obriga-se com a assinatura do Presidente em conjunto com outro membro da Direção.
2. No impedimento do Presidente, obriga-se com a assinatura de dois membros da Direção.
3. Nos atos de mero expediente é bastante a assinatura de qualquer membro da Direção ou de órgão de gestão corrente.

SECÇÃO IV - CONSELHO FISCAL

Art.º 26

Compõem o Conselho Fiscal:

- a) O Presidente;
- b) Dois vogais;
- c) Os membros do Conselho Fiscal são designados pela Província.

Art.º 27

1. Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização do Instituto, podendo, nesse âmbito, efetuar à Direção as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e, designadamente:
 - a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e demais documentos do Instituto, sempre que o julgue necessário e conveniente;

- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
 - c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a Direção submeta à sua apreciação;
 - d) Vigiar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.
2. Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direção quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão, desde que tal convocação seja deliberada pela Direção.

Art.º 28

O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez, pelo menos, em cada semestre e sempre que for convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.º 29

1. Os Estatutos poderão ser alterados por deliberação conjunta da Direção e dos Superiores das Comunidades da Província da Ordem Hospitalreira de S. João de Deus.



2. A deliberação prevista no número 1 requer o voto favorável dos membros nele referidos.

Art.º 30

1. No caso de extinção do Instituto, retornam à Província os bens por esta cedidos, as benfeitorias neles realizadas e os bens doados com essa condição.
2. Os bens sobrantes serão distribuídos pela Província a Instituições que prossigam fins idênticos ou conexos com os do Instituto.

Art.º 31

Os casos omissos serão resolvidos pela Direção nos termos da legislação em vigor, em conjugação com as disposições concordatárias entre o Governo Português e a Santa Sé.

Os presentes Estatutos revogam os anteriores e entram em vigor imediatamente após a sua aprovação, sem prejuízo dos efeitos do registo nos Serviços da Segurança Social e no Registo das Pessoas Jurídicas Canónicas do Registo Nacional das Pessoas Coletivas.





APROVADOS EM REUNIÃO DE DIREÇÃO DO INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS COM OS IRMÃOS SUPERIORES DAS COMUNIDADES DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DA ORDEM HOSPITALEIRA DE S. JOÃO DE DEUS, EM BARCELOS, NOS DIAS 17 E 18 DE SETEMBRO DE 2015.

A DIREÇÃO,

Vitor Manuel Lameiras Monteiro, ***Presidente***

José Augusto Gaspar Louro, ***Tesoureiro***

Alberto Paulo Madureira Mendes, ***Secretário***

João Carvalho Pereira, ***1º Vogal***

Paulo Irineu Corte Gouveia, ***2º Vogal***

OS IRMÃOS SUPERIORES,

José Augusto Gaspar Louro

João Carvalho Pereira

Paulo Irineu Corte Gouveia

Joaquim de Freitas Ribeiro

António Matos Matias

José Manuel Leonardo Machado

Horácio Martins Monteiro

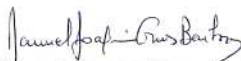


DECLARAÇÃO

Os presentes Estatutos do Instituto S. João de Deus, constantes de trinta e um artigos e transcritos em anexo em nove páginas por mim rubricadas e autenticadas com o selo branco da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), foram aprovados pelo Conselho Permanente da CEP na sua reunião de 10 de novembro de 2015, em Fátima.

Por ser verdade, mandei passar a presente Declaração que assino e autentico com o selo branco da Conferência Episcopal Portuguesa.

Moscavide, 10 de novembro de 2015.



P. Manuel Joaquim Gomes Barbosa
Secretário da Conferência Episcopal Portuguesa





REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTÉRIO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL



DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, e aplicável por força da Portaria n.º 466/86 de 25 de agosto, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 5, à inscrição n.º 3/86, a fls. 7 e 7 verso do Livro n.º 1 e fls. 183 do Livro n.º 2 das Instituições com Fins de Saúde e considera-se efetuado em 20/06/2017, nos termos do n.º 4 do artigo 9º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação - INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS

NIPC – 500 927 731

Sede – Rua São Tomás de Aquino, n.º 20 – Lisboa

Fins - Prossegue fins de saúde, de assistência, de reabilitação e de reinserção social, nomeadamente, nas seguintes valências: psiquiatria e saúde mental, alcoologia, toxicod dependência, cirurgia e ortopedia, medicina física e de reabilitação, prestação de cuidados em geriatria e aos sem-abrigo, e prestação de cuidados nas valências da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e de Cuidados Paliativos.

Direção-Geral da Segurança Social, em 07 JUL 2017

Pelo Diretor-Geral

Ana Maria Luís Salgado
(Diretora de Serviços)

DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Rato, 1 1269-144 LISBOA Tel. 215 952 990 VoIP 32190 Fax 215 952 992 dgss@seg-social.pt

<http://www4.seg-social.pt/dgss-direccao-geral-da-seguranca-social>

Mod. DGSS/84



REGULAMENTO GERAL

Este Regulamento Geral foi aprovado pela Direção do Instituto S. João de Deus, na sua reunião plenária, na Sede, Lisboa, em 18 de setembro de 2018.

O Presidente do Instituto S. João de Deus

Irmão Vítor Manuel Lameiras Monteiro



PREÂMBULO

A Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, na fidelidade ao carisma do seu Santo Fundador e no cumprimento da sua missão apostólica e evangelizadora, atua nos campos da saúde, da recuperação psicossocial, dos cuidados continuados e paliativos e assistência social.

Consciente do acelerado ritmo da sociedade, com estruturas e técnicas atuais, a Ordem procura renovar-se constantemente para poder oferecer, em cada tempo, um elevado nível de qualidade assistencial, nos mais de trezentos estabelecimentos hospitalares e outras estruturas organizativo-assistenciais, próprios da Ordem ou à mesma confiados, em mais de cinquenta países dos cinco continentes.

O presente Regulamento inspira-se nas Constituições da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, aprovadas em Roma pela então denominada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, no dia 8 de março de 1984. Fundamenta-se nos Estatutos Gerais pelos quais se rege a mesma Ordem e serve de marco para a direção, gestão e administração do Instituto S. João de Deus, criado e dirigido pela Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, ao abrigo das normas concordatárias entre a Santa Sé e o Estado Português.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

Art.º 1

(Natureza e Sede)

O Instituto S. João de Deus é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, de âmbito nacional, e tem a sua Sede na Rua S. Tomás de Aquino, nº 20, 1600-871, em Lisboa.

Art.º 2

(Fins)

A ação do Instituto consiste na prossecução de fins Sociais e de Saúde, de Assistência, de Reabilitação e de Reinserção Social, e de Cuidados Continuados e Paliativos, nomeadamente em:

- a) Psiquiatria e Saúde Mental, Deficiência Mental e Reabilitação Psicossocial;
- b) Alcoologia e Toxicodependência;
- c) Medicina Física e de Reabilitação;
- d) Geriatria, Psicogeriatria/Gerontopsiquiatria e Demências;
- e) Situações de emergência humanitária, cuidados a pessoas sem-abrigo e outras respostas sociais;
- f) Cuidados Continuados, segundo as valências da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- g) Cuidados Paliativos, segundo as valências da Rede Nacional de Cuidados Paliativos.



Art.º 3

(Estabelecimentos)

1. O Instituto exerce os seus fins estatutários, ordinariamente, nos Estabelecimentos cedidos pela Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.
2. À proprietária dos Estabelecimentos assiste o direito de delimitar o património construído, ou outro, aos fins do Instituto e autorizar a construção de novos equipamentos.
3. O Instituto poderá exercer os seus fins estatutários em equipamentos não pertencentes à Província.

Art.º 4

(Princípios e Valores)

Os Estabelecimentos geridos pelo Instituto assumem-se como Entidades Confessionais Católicas e inspiram-se nos princípios da Doutrina Social da Igreja, orientando-se pelos valores definidos pelo Governo Geral da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, assim como pelos preceitos legais que não se lhe oponham, assegurando sempre o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa assistida.



CAPÍTULO II

DA ORGÂNICA E DAS COMPETÊNCIAS

Art.º 5

(Dependência Orgânica e Funcional dos Estabelecimentos)

1. Os Estabelecimentos Hospitalares e Assistenciais dependem orgânica e funcionalmente da Direção do Instituto.
2. Compete à Direção do Instituto a nomeação:
 - a) Do Diretor do Estabelecimento;
 - b) Do Diretor Administrativo;
 - c) Do Diretor Clínico,
 - d) Do Diretor de Enfermagem;
 - e) Do Responsável da Pastoral da Saúde e Animação.
3. As nomeações dos quatro últimos são antecedidas da proposta do Diretor do Estabelecimento dirigida ao Presidente do Instituto, ouvida a Comunidade Local de Irmãos.
4. O mandato dos elementos diretivos dos Estabelecimentos é de quatro anos e enquadrado na sequência da eleição da Direção do Instituto, sem prejuízo do disposto no art.º 10, alínea j).
5. O Diretor do Estabelecimento só pode ser nomeado para até três mandatos consecutivos, sem prejuízo do número 7) seguinte.
6. Após completados os três mandatos consecutivos num Estabelecimento, um Diretor de Estabelecimento poderá ser nomeado, nos termos deste Regulamento e dos Estatutos, Diretor de outro Estabelecimento do Instituto.



7. O Diretor do Estabelecimento poderá ser nomeado para um quarto mandato, por decisão da Direção do Instituto, a qual deverá obter, para o efeito, a aprovação prévia do Capítulo Provincial/Assembleia Provincial da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.
8. Estas limitações não abrangem os mandatos já exercidos ou os que estão em curso, aplicando-se apenas aos mandatos que se iniciem após a entrada em vigor do presente Regulamento.
9. Os poderes dos Diretores dos Estabelecimentos regulam-se por este Regulamento e pelas normas emanadas pela Direção do Instituto.

Art.º 6

(Estrutura Orgânica e Funcional dos Estabelecimentos)

1. A estrutura orgânica e funcional dos Estabelecimentos tem como princípios os definidos no presente Regulamento.
2. Quando, por imperativo legal, deva existir um regulamento interno de atuação em algum Estabelecimento, esse regulamento e o funcionamento desse Estabelecimento ou Unidade deverá registar e respeitar os valores e a hierarquia do Instituto S. João de Deus, submetendo-se à aprovação da Direção do Instituto.
3. A estrutura hierárquica e funcional de cada Estabelecimento será definida em organograma, aprovado pela Direção do Instituto.
4. As propostas de alteração ao organograma de cada Estabelecimento terão de ser aprovadas pela Direção do Instituto.
5. É interdita a elaboração de regulamentos internos, salvo nos



casos em que a sua existência é preceituada por lei e sempre em conformidade com o n. 2) deste artigo;

6. As instruções internas deverão ser assinadas conjuntamente pelo Diretor do Estabelecimento e pelo Diretor da área de competência a que se referem, não podendo contrariar o presente regulamento e as orientações emanadas pela Direção do Instituto.

CAPÍTULO III

DA DIREÇÃO DO INSTITUTO

SECÇÃO I - DA DIREÇÃO DO INSTITUTO

Art.º 7

(Composição da Direção)

1. Nos termos dos Estatutos, a Direção do Instituto é composta pelos cinco membros do governo da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.
2. Nos termos da legislação da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus e do Direito Universal da Igreja Católica, o Superior Provincial é, por inerência do cargo, o Presidente da Direção, assistido pelos outros quatro membros da Direção (que assumem, entre si, as funções de Secretário, Tesoureiro e Vogais).
3. A Direção, Organização e Administração do Instituto têm como princípios formadores as orientações da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, referidas no número anterior, não podendo nunca aceitar-se normas e práticas que con-



trariam o direito à vida ou à dignidade da pessoa humana, em todo o trajeto da sua existência.

Art.º 8

(Estruturas de Apoio à Direção)

1. Na Sede do Instituto e sob a coordenação e dependência da sua Direção, funcionam três Departamentos com competências próprias, definidas no presente regulamento, e assim designados: Clínico e Técnico-Assistencial, Administrativo e Financeiro e Recursos Humanos.
2. Do mesmo modo, na Sede, ou em outro local que a Direção julgue mais oportuno, estão instituídos um conjunto de Assessorias e Gabinetes também com funções de apoio à Direção, cuja criação ou extinção, número, finalidade e explicitação de funcionamento estão dependentes de decisão da Direção.

Art.º 9

(Conselho Consultivo)

1. Nos termos do disposto no n.º 94 das Constituições da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus e em conjugação com a explicitação dos seus Estatutos Gerais, existe para apoio da Direção, sem poderes de deliberação, o Conselho Consultivo.
2. Têm assento nas reuniões plenárias do Conselho Consultivo, além da Direção do Instituto:
 - a) Os Diretores dos Estabelecimentos;
 - b) Os Superiores das Comunidades dos Irmãos;

- c) Os Irmãos das Comunidades e os Colaboradores convocados ou convidados pela Direção.
- 3. O Conselho Consultivo reúne, ordinariamente, duas vezes por ano e sempre que convocado pela Direção do Instituto.

SECÇÃO II - DOS PODERES DA DIREÇÃO DO INSTITUTO

Art.º 10 (Competências)

- 1. É da competência da Direção:
 - a) Orientar a elaboração e aprovar o organograma funcional de cada Estabelecimento, da Sede e o organograma geral do ISJD;
 - b) Proceder à gestão e administração da Sede, incluindo a elaboração do respetivo Plano Anual de Atividades;
 - c) Definir e instruir, até 30 de setembro de cada ano económico, as diretivas gerais e as atividades específicas para cada um dos Estabelecimentos hospitalares e assistenciais;
 - d) Aprovar o Plano de Atividades e o Orçamento da Sede e de cada Estabelecimento durante o mês de dezembro;
 - e) Autorizar despesas extraordinárias, não previstas no orçamento, sob proposta do Diretor do Estabelecimento a que diz respeito;
 - f) Nomear, ou confirmar, no prazo de dois meses após a eleição da nova Direção do Instituto, o Diretor de cada um dos Estabelecimentos e, se o julgar necessário ou conveniente, também o seu Diretor-Adjunto;



- g) O cargo de Diretor-Adjunto poderá ser exercido por qualquer membro do Conselho de Direção do Estabelecimento, a critério da Direção do Instituto, antecedida de proposta do Diretor do Estabelecimento dirigida ao Presidente do Instituto.
 - h) Nomear ou confirmar, no prazo de dois meses, após a nomeação de cada Diretor de Estabelecimento, os respetivos Diretores Administrativo, Clínico e de Enfermagem, e o Responsável da Pastoral da Saúde e Animação;
 - i) Aprovar as normas de contratação e de gestão dos recursos humanos;
 - j) Exercer o poder disciplinar sobre todo o pessoal do Instituto;
 - k) Celebrar acordos, protocolos, contratos de prestação de serviços e com fornecedores;
 - l) Aceitar ou repudiar heranças, legados ou doações;
 - m) Representar o Instituto em juízo e fora dele;
 - n) Nomear os membros da Comissão de Ética do Instituto e propor a sua homologação à Ordem dos Médicos;
 - o) Decidir da criação de outras Assessorias ou Gabinetes de apoio à Direção e respetiva extinção.
 - p) Aprovar a implementação de novas valências assistenciais e zelar pela qualidade dos serviços.
2. É ainda da competência da Direção, quando julgar conveniente e em casos particulares, determinar ou autorizar que alguns cargos sejam preenchidos em regime de acumulação de funções.
3. A Direção reúne ordinariamente com os Diretores de Departamentos e com os Diretores dos Estabelecimentos a cada



três meses, ou extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente para acompanhamento da ação do Instituto.

Art.º 11

(Comissão de Ética)

A Comissão de Ética do Instituto S. João de Deus, homologada nos termos legais, tem competências próprias, definidas por lei.

Art.º 12

(Relação com as Estruturas de Apoio)

A Direção do Instituto manterá com os Departamentos, Assessorias e Gabinetes, referidos nos artigos 8, 13 e 14, estreita relação e recíproca cooperação em relação às atividades desenvolvidas pelo Instituto, ou com elas conexas.

Art.º 13

(Acesso a Informação)

1. Os Estabelecimentos, através do seu Diretor, deverão disponibilizar à Direção do Instituto as informações requeridas.
2. A informação operacional relevante/pedidos de serviços trocados entre Estabelecimentos e Sede deve ocorrer com conhecimento do Presidente do Instituto.
3. Quando a informação respeite a elementos de ordem clínica, aquela só excecionalmente poderá ser fornecida, a pedido do Presidente da Direção do Instituto, após parecer da Comissão de Ética e do Encarregado da Proteção de Dados, se o assunto ainda não estiver contemplado em procedimentos



habituais, por estes já respondidos sobre o modo de atuar.

4. A prestação da informação clínica deverá, sempre, ter o acordo do Diretor Clínico e do médico assistente.

SECÇÃO III - DOS DEPARTAMENTOS

Art.º 14

(Dependência Orgânica e Competências dos Departamentos)

1. Nos termos do art.º 8, funcionam três Departamentos de apoio à Direção do Instituto na gestão e organização do mesmo.
2. Cada Departamento terá como referência hierárquica um membro da Direção do Instituto, a qual será determinada em reunião da Direção do Instituto.
3. As competências de cada um dos Departamentos são designadas do modo seguinte para cada um:

1. Departamento Clínico e Técnico-Assistencial

- a) Elaborar e propor à Direção do Instituto as linhas orientadoras da Ação Clínica, Assistencial e áreas que presuponham um serviço técnico, face aos desafios que forem surgindo no âmbito das valências em que a ação do Instituto se expressa, assegurando consonância com os princípios e valores da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus;
- b) Elaborar e propor à Direção do Instituto as linhas orientadoras da Ação Clínica, Assistencial ou outra, para cada Estabelecimento, à luz das normas e valores da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus;



- c) Elaborar e propor à Direção do Instituto critérios de uniformização em relação à estrutura organizativa e de funcionamento, no âmbito clínico, assistencial e áreas técnicas de saúde, de acordo com as especificidades de cada Estabelecimento;
- d) Elaborar e propor à Direção do Instituto as linhas de orientação quanto à elaboração do Plano de Atividades de cada Estabelecimento e suas prioridades, no que toca às áreas da sua competência;
- e) Planear e sugerir, especificamente no campo da Reabilitação Psicossocial, nas valências das Redes Nacionais de Cuidados Continuados, e de Cuidados Paliativos e Cuidados Sociais, os princípios orientadores globais de atuação, considerando que essas orientações devem estar de acordo com as políticas e os modelos atuais de intervenção nas várias áreas da ação do Instituto, integradas na sua filosofia assistencial e adaptadas à realidade de cada Estabelecimento;
- f) Definir linhas de orientação específicas para os vários setores e valências técnicas, no âmbito da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade;
- g) Incentivar e promover, através de princípios orientadores, a investigação técnico-científica nos Estabelecimentos;
- h) Promover informação atempada para a elaboração de protocolos ou acordos de cooperação com outras entidades.



2. Departamento Administrativo e Financeiro

- a) Orientar e acompanhar a elaboração do Plano de Atividades e do orçamento anual e/ou de outro prazo, para cada um dos Estabelecimentos e para a Sede do Instituto;
- b) Estabelecer, com os restantes Departamentos, as prioridades orçamentais, de acordo com as orientações da Direção do Instituto;
- c) Consolidar o orçamento geral, mediante a elaboração do plano anual ou outro, do Instituto;
- d) Acompanhar e controlar a execução do plano e do orçamento aprovados para o Instituto e para cada Estabelecimento;
- e) Propor à Direção do Instituto as medidas corretivas para os desvios e acompanhar a sua implementação;
- f) Estudar e fornecer informação adequada às tomadas de decisão correntes, e também para soluções emergentes de urgência;
- g) Assumir a responsabilidade técnica do tratamento contabilístico, geral e analítico.
- h) Proceder a auditorias internas ou supervisionar auditores externos contratados;
- i) Propor e acompanhar a produção de dados estatísticos financeiros adequados às necessidades internas e externas;
- j) Propor, implementar e controlar a central de compras de todo o Instituto.



3. Departamento de Recursos Humanos

- a) Propor à Direção do Instituto políticas e normas para a Gestão dos Recursos Humanos;
- b) Acompanhar a elaboração de organogramas funcionais por Estabelecimento e participar na análise e definição de funções;
- c) Propor à Direção do Instituto o Quadro de Pessoal, por Estabelecimento;
- d) Conceber, dinamizar e garantir bases metodológicas de Recrutamento, Acolhimento e Integração de Colaboradores;
- e) Redefinir e implementar o modelo de gestão de categorias profissionais, nos termos da legislação aplicável ao Instituto;
- f) Elaborar e propor normas de Avaliação de Desempenho;
- g) Conceber e propor plano de incentivos e política retributiva;
- h) Produzir, analisar e apresentar indicadores de Gestão de Recursos Humanos;
- i) Acompanhar a ação disciplinar;
- j) Acompanhar as ações no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, promover e analisar a avaliação dos riscos psicossociais;
- k) Acompanhar e remeter indicadores de necessidades de formação ao Núcleo de Formação.

SECÇÃO IV - DAS ASSESSORIAS E ESTRUTURAS DE APOIO

Art.º 15

(Assessorias e Gabinetes de Apoio)

Em apoio à ação do Instituto, e dependentes da sua Direção, funcionam as Assessorias e Gabinetes, a seguir designados, com as respetivas competências:

1. Assessoria de Pastoral da Saúde e Animação

Sugerir e acompanhar a ação hospitaleira e carismática do Instituto, nas áreas da Pastoral da Saúde e Animação, tendo em conta não só as orientações da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, mas também as normas legais aplicáveis, não contrárias aos princípios daquela.

2. Assessoria de Equipamentos, Obras e Segurança

- a) Estudar as aplicações e implicações previsíveis, nomeadamente legais, que surjam em relação aos equipamentos;
- b) Planear, acompanhar e supervisionar novas construções ou reestruturar e remodelar as existentes, bem como as opções de segurança adequadas às instalações cedidas ao Instituto, segundo as normas legais aplicáveis.

3. Assessoria de Apoio Jurídico e Contencioso

Adequar o estudo das situações jurídicas na esfera da ação do Instituto, com a coordenação de tomadas de decisão nesse âmbito, e o acompanhamento para a solução de casos que requeiram atenção técnico-jurídica especial.

4. Assessoria Farmacêutica

- a) Assumir a coordenação e a responsabilidade da política de Farmácia do Instituto;
- b) Articular a sua ação com os responsáveis locais dos depósitos de medicamentos e/ou farmácias dos Estabelecimentos, de acordo com a legislação respetiva;
- c) Proceder regularmente à prospeção de preços e apresentar propostas para decisão de aquisição dos produtos.

5. Assessoria de Enfermagem

- a) Elaborar e propor à Direção do Instituto as linhas orientadoras para o exercício da Enfermagem, face aos desafios que forem surgindo no âmbito de todas e cada uma das valências da ação do Instituto, na medida em que o exercício da Enfermagem seja requerido para o legal funcionamento integral das mesmas, sempre segundo os princípios e valores da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus;
- b) Elaborar e propor à Direção do Instituto critérios de uniformização em relação à estrutura organizativa e de funcionamento, no âmbito da Enfermagem, de acordo com as especificidades de cada Estabelecimento.

6. Assessoria de Sistemas de Informação

- a) Definir o planeamento estratégico dos Sistemas e Tecnologias de Informação;
- b) Dar suporte à Sede do Instituto e aos seus Estabelecimentos através do estudo, implementação e manutenção de soluções empresariais de Sistemas de Informação.

7. Gabinete de Comunicação e Imagem

- a) Propor e acompanhar a implementação da política de Comunicação institucional;



- b) Gerir os meios de comunicação do Instituto, de acordo com a política de Comunicação.

8. Gabinete da Qualidade

Garantir a implementação, manutenção e melhoria contínua da eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade do Instituto.

Art. ° 16 *(Núcleos)*

Em apoio aos Departamentos ou Assessorias, e na sua dependência orgânica, criados pela Direção do Instituto, funcionam os seguintes Núcleos:

1. Núcleo de Voluntariado (enquadrado na Assessoria de Pastoral da Saúde de Animação)

- a) Acompanhar o desenvolvimento do modelo de gestão do voluntariado, quer na Sede, quer nos Estabelecimentos;
- b) Apoiar a atividade dos Estabelecimentos, em particular a atividade dos responsáveis locais do voluntariado.
- c) Propor formação para os voluntários;
- d) Representar o voluntariado do ISJD nas estruturas da sociedade civil, sempre que mandatado pela Direção do Instituto.

2. Núcleo de Formação (enquadrado no Departamento de Recursos Humanos)

- a) Planear a formação sobre a instituição nos seus princípios e valores, delinear, propor e acompanhar a formação técnica, aos vários níveis, em articulação com o Departamento de Recursos Humanos;

- b) Elaborar o plano de formação do Instituto, promover auditorias internas e acompanhar a sua implementação a nível local;
- c) Garantir a continuidade do Instituto S. João de Deus como entidade formadora acreditada.

Art.º 17

(Outras Competências das Assessorias)

Em articulação com os Departamentos, referidos nos artigos 8 e 14, compete às Assessorias acompanhar a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento e colaborar nas ações e na gestão do Instituto, segundo as orientações da Direção deste.

CAPÍTULO IV

DOS ESTABELECIMENTOS

SECÇÃO I - DA ORGÂNICA FUNCIONAL

Art.º 18

(Nomeação do Diretor)

Nos termos do art.º 16, alínea b) dos Estatutos do Instituto S. João de Deus, conjugado com o art.º 5, n.º 1 alínea a) e nas condições do disposto no art.º 10 alínea f) deste Regulamento, é da competência da Direção do Instituto a nomeação do Diretor de cada Estabelecimento.





Art.º 19

(Cumulação de Funções)

O Diretor do Estabelecimento poderá acumular as funções de Diretor Administrativo, se isso for julgado conveniente pela Direção do Instituto, após a análise de cada caso particular.

Art.º 20

(Nomeação dos Diretores Administrativo, Clínico, de Enfermagem e do Responsável da Pastoral da Saúde e Animação)

Nos termos do art.º 5 n.º 2 alínea b), c) e d), e nas condições do disposto no art.º 10 alínea g) deste Regulamento, é da competência da Direção do Instituto a nomeação do Diretor Administrativo, do Diretor Clínico, do Diretor de Enfermagem e do Responsável da Pastoral da Saúde e Animação.

Art.º 21

(Comunidade Local dos Irmãos)

1. A Comunidade Local dos Irmãos é um Órgão Consultivo de referência carismática para o Conselho de Direção do Estabelecimento, estando representado neste último pelo seu Superior.
2. Nos Estabelecimentos onde não exista Comunidade Local de Irmãos é responsabilidade do Definitório Provincial a indicação de uma Comunidade de Irmãos de referência e de um Irmão para representação dos mesmos no Conselho de Direção do Estabelecimento, tomando como critério de referência preferencial a proximidade geográfica.
3. O Diretor do Estabelecimento deve bimestralmente reunir



com a Comunidade Local de Irmãos, informando-a do desenvolvimento, dinâmica e atividades mais relevantes do Estabelecimento, articulando com o respectivo Superior o momento e o modo de o fazer.

Art. ° 22 *(Conselho de Direção)*

1. O Diretor é assistido pelo Conselho de Direção do Estabelecimento, composto pelo Superior da Comunidade dos Irmãos, pelos Diretores Clínico, de Enfermagem, Administrativo, e pelo Responsável da Pastoral da Saúde e Animação.
2. A substituição interina do Diretor do Estabelecimento ocorre por motivo de ausência ou por qualquer outro impedimento.
3. A substituição será analisada na primeira reunião do Conselho de Direção, após a tomada de posse, sendo o substituto o Diretor-Adjunto ou, na ausência deste, um dos seus membros, proposto pelo Diretor à Direção do Instituto, para a sua nomeação.
4. A este substituto compete apenas a gestão dos assuntos correntes do Estabelecimento, enquanto o Diretor está ausente.
5. O Conselho de Direção reúne uma vez por mês e sempre que o Diretor do Estabelecimento julgue conveniente convocá-lo.
6. As atas das reuniões do Conselho de Direção são remetidas, no prazo de 30 dias após a sua realização, à Direção do Instituto.



Art. ° 23

(Atribuições do Conselho de Direção)

São atribuições do Conselho de Direção:

1. Elaborar, conjuntamente com o Diretor do Estabelecimento, o Organograma e definir a Organização Técnico Hospitalar do Estabelecimento;
2. Colaborar na elaboração e emitir parecer sobre o Plano e Orçamento e o Plano de Atividades anual — ou com outro prazo — a propor à Direção do Instituto, até 30 de novembro de cada ano económico, para aprovação;
3. Avaliar o cumprimento dos Planos de Atividades e do Orçamento e propor as medidas corretivas, necessárias e convenientes, a submeter pelo Diretor à Direção do Instituto para aprovação;
4. Avaliar e emitir parecer sobre propostas, não enquadradas nos Planos de Atividades e do Orçamento, a submeter à Direção do Instituto, para aprovação;
5. Emitir parecer vinculativo, antes do Diretor enviar proposta para decisão do Presidente do Instituto, sobre a nomeação e destituição de responsáveis das áreas assistenciais e coordenadores de serviços, considerando a organização Técnico Hospitalar do Estabelecimento previamente definida;
6. Emitir parecer vinculativo, antes do Diretor enviar proposta para decisão da Direção do Instituto, sobre a utilização do Fundo Solidário;
7. Emitir parecer vinculativo sobre a aprovação de projetos de valor superior a dez mil euros, ainda que estes tenham cabimento no Orçamento do Estabelecimento, e sempre antes da sua submissão a aprovação pela Direção do Instituto;
8. Analisar sumariamente a oportunidade e a conveniência da realização de qualquer tipo de investigação e/ou experi-



mentação interna, ou pedido externo no mesmo sentido, antes de o Diretor decidir sobre o seu envio ao Presidente do Instituto e/ou para parecer da Comissão de Ética, de acordo com as disposições legais em vigor.

Art.º 24

(Proposta dos Planos de Atividades e do Orçamento)

O Diretor de cada Estabelecimento deverá submeter as propostas dos Planos de Atividades e do Orçamento à Comunidade dos Irmãos, articulando com o respetivo Superior o momento e o modo de o fazer, para emissão de parecer pela mesma, antes do seu envio à Direção do Instituto.

Art.º 25

(Propostas Não Enquadradas nos Planos de Atividades e do Orçamento)

O Diretor de cada Estabelecimento deverá submeter à Comunidade dos Irmãos, à semelhança do que é dito no artigo anterior, as propostas relevantes não enquadradas nos Planos de Atividades e do Orçamento.

Art.º 26

(Validação de Propostas)

As propostas remetidas à Direção do Instituto, para aprovação, só serão consideradas válidas quando acompanhadas obrigatoriamente pelas atas (ou extratos destas) das reuniões feitas, quer pela Comunidade dos Irmãos, quer pelo Conselho de Direção, sobre os assuntos das mesmas e, ainda, dos respetivos orçamentos e fundamentação destas.





Art.º 27

(Incumprimento)

1. Todas as propostas remetidas sem as atas referidas no artigo anterior incorrem, automaticamente, na sua não consideração por incumprimento do aqui estipulado.
2. A Direção do Instituto, segundo o espírito das normas por que se rege, tem poder para acionar os mecanismos julgados necessários e suficientes para evitar bloqueios institucionais e garantir a organização e o funcionamento dos Estabelecimentos.

SECÇÃO II - DA DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

Art.º 28

(Competências dos Diretores)

As competências atribuídas a cada um dos Diretores, nomeados nos termos deste Regulamento, são as seguintes:

1. Diretor do Estabelecimento

- a) Exercer e promover a gestão carismática do Estabelecimento, segundo os princípios e valores da Ordem Hospitalar de S. João de Deus, na sua globalidade e em cada área específica;
- b) Gerir o Estabelecimento de acordo com os Planos de Atividades e do Orçamento, aprovados pela Direção do Instituto.
- c) Cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes emanadas pela Direção do Instituto;



- d) Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Direção;
- e) Elaborar, conjuntamente com o Conselho de Direção, o Organograma e definir a Organização Técnico-Hospitalar do Estabelecimento;
- f) Coordenar e acompanhar a preparação e execução dos Planos de Atividades e do Orçamento, a submeter à aprovação da Direção do Instituto, velando para que estejam sempre subjacentes aos mesmos a boa qualidade na prestação de cuidados de saúde e/ou sociais, a competência, a eficiência, a promoção da melhoria contínua e a sustentabilidade económico-financeira do Estabelecimento;
- g) Estabelecer como prioridade e garantir condições para a plena concretização das políticas e dos modelos de intervenção, segundo as características da ação do Estabelecimento, dinamizados por serviço específico, em conformidade com o organograma do Estabelecimento;
- h) Delegar no Diretor-Adjunto, no todo ou em parte, os poderes, funções e/ou responsabilidades que lhe são atribuídas nos termos deste Regulamento;
- i) Participar as infrações laborais à Direção do Instituto para instrução do respetivo processo disciplinar, assim como informar das reclamações que tenham que ser enviadas à Direção-Geral da Saúde, Entidade Reguladora da Saúde ou a outra entidade;
- j) Estabelecer normas ajustadas à especificidade do Estabelecimento a apresentar à Comunidade dos Irmãos, em articulação com o respetivo Superior, segundo o teor dos artigos 24 e 25, antes de as enviar à Direção do Instituto, para aprovação;
- k) Representar o Estabelecimento nos termos da delegação



de poderes substabelecidos ou especialmente outorgados, de modo permanente ou para casos singulares.

2. Superior da Comunidade

- a) Promover e garantir a articulação funcional entre a Comunidade dos Irmãos e a Direção do Estabelecimento;
- b) Colaborar na elaboração e avaliação do Plano Anual de Atividades do Estabelecimento;
- c) Fomentar a contínua articulação/vinculação dos Irmãos com a vida do Estabelecimento, promovendo a colaboração dos mesmos com a equipa da Pastoral da Saúde e Animação e nas atividades da família hospitaleira;
- d) Fomentar a identidade, a cultura hospitaleira e a formação carismática no Estabelecimento;
- e) Representar a Instituição, em articulação com o Diretor do Estabelecimento;
- f) Convocar e presidir às reuniões da Comunidade de Irmãos com o Diretor do Estabelecimento, estipuladas nos termos deste Regulamento;
- g) Promover e garantir a articulação funcional entre a Comunidade dos Irmãos e Direção do Estabelecimento com a paróquia, diocese e comunidade de vizinhos;
- h) Participar nas atividades formativas do Estabelecimento e no acolhimento a novos Colaboradores.

3. Diretor Clínico

- a) Assumir a responsabilidade clínica do Estabelecimento;
- b) Representar clinicamente o Estabelecimento;



- c) Cumprir e fazer cumprir, em relação à área da sua responsabilidade, o Plano de Atividades e as diretivas emanadas pela Direção do Instituto;
- d) Participar na elaboração e motivação da implementação de políticas de intervenção que tenham em conta as características do Estabelecimento, conjugadas com as possíveis intervenções de ação direta a partir do respetivo Estabelecimento, a incluir no Plano Anual de Atividades técnico-clínicas;
- e) Promover e acompanhar o funcionamento das equipas técnicas multidisciplinares e setoriais, de acordo com o Plano de Atividades;
- f) Colaborar na elaboração do Plano Anual de Atividades, a propor à Direção do Instituto;
- g) Avaliar a execução do Plano de Atividades, mormente da sua área de responsabilidade, e propor medidas corretivas para os desvios;
- h) Colaborar na elaboração do organograma e na organização técnico-hospitalar do Estabelecimento;
- i) Incentivar a formação técnica, pessoal e institucional, de forma a garantir respostas assistenciais atualizadas e de qualidade.

4. Diretor Administrativo

- a) Cumprir e fazer cumprir, em relação à área da sua responsabilidade, o orçamento aprovado pela Direção do Instituto;
- b) Cumprir e fazer cumprir as diretivas emanadas pela Direção do Instituto, nomeadamente em relação à elabo-



ração do orçamento anual ou de outro prazo que seja pedido;

- c) Colaborar na elaboração do Plano Anual de Atividades, a propor à Direção do Instituto;
- d) Acompanhar a execução do orçamento, avaliar os desvios e propor as necessárias correções para aprovação da Direção do Estabelecimento, segundo os termos atrás expressos;
- e) Colaborar com as outras Direções na elaboração do Organograma do Estabelecimento e na Organização Técnico-Hospitalar do Estabelecimento;
- f) Propor as medidas administrativas necessárias e convenientes para a melhoria dos serviços e funcionamento do Estabelecimento, nos termos dos artigos 22 e 23, e a aprovar pela Direção do Instituto.
- g) Dirigir e coordenar o pessoal auxiliar, não afeto às unidades de internamento.

5. Diretor de Enfermagem

- a) Cumprir e fazer cumprir, na área da Enfermagem, o Plano de Atividades e as diretivas emanadas pela Direção do Instituto;
- b) Colaborar, na sua área de intervenção, na elaboração e concretização das políticas e intervenções definidas para o âmbito do Estabelecimento;
- c) Dirigir e coordenar os serviços de Enfermagem do Estabelecimento e providenciar pelo seu bom funcionamento, pela eficácia e pela qualidade dos cuidados prestados aos assistidos;

- d) Dirigir e coordenar o pessoal de Enfermagem e auxiliar, afeto às unidades de internamento;
- e) Planejar e coordenar o acompanhamento externo dos Utentes, quando isso se torne necessário, por motivo de consultas, exames complementares, tratamentos ou outros serviços que o Estabelecimento não possa facultar, em articulação com os Coordenadores das Unidades de Internamento, atendendo às novas características regulamentares oficiais do setor;
- f) Colaborar na elaboração do Plano Anual de Atividades do Estabelecimento;
- g) Avaliar a execução do Plano de Atividades e propor ao Conselho de Direção do Estabelecimento as medidas corretivas para os desvios;
- h) Colaborar na elaboração do organograma e na organização técnico-hospitalar do Estabelecimento.

6. Responsável da Pastoral da Saúde e Animação

- a) Colaborar na elaboração do Plano Anual de Atividades, integrando as orientações emanadas pela Direção do Instituto e pela Ordem Hospitaleira;
- b) Desenvolver e avaliar a execução do Plano de Atividades da sua área e propor as medidas corretivas para os desvios;
- c) Dinamizar as Equipas da Pastoral da Saúde e da Animação e a sua articulação/integração nas equipas multidisciplinares;
- d) Dinamizar o serviço de assistência espiritual e religiosa no Estabelecimento, no respeito pelas normas e legislação em vigor;



- e) Acompanhar o Voluntariado Hospitaleiro no Estabelecimento e/ou o responsável por este serviço.

Art. ° 29

(Organograma do Estabelecimento)

1. O Diretor de cada Estabelecimento dispõe de seis meses, contados a partir da data da tomada de posse, para apresentar a proposta de elaboração do organograma do Estabelecimento ou a sua alteração à Direção do Instituto.
2. As referidas propostas de elaboração e de alteração do organograma deverão ter a concordância dos Diretores Clínico, de Enfermagem, Administrativo e do Responsável da Pastoral da Saúde e Animação do Estabelecimento — sendo dado também conhecimento à Comunidade dos Irmãos, a qual deve emitir parecer — e estar de acordo com a estrutura orgânica do Estabelecimento, definida e aprovada pela Direção do Instituto.
3. Ao longo do mandato, se considerado necessário, o Diretor pode propor alterações ao organograma, seguindo-se a tramitação prevista nos pontos anteriores.



CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO

Art.º 30 *(Composição)*

Nos termos dos Estatutos, o Conselho Fiscal é composto pelo Presidente e por dois Vogais, os quais são designados pela Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.

Art.º 31 *(Competências)*

1. Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização do Instituto, podendo, nesse âmbito, efetuar à Direção as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da Lei, dos Estatutos e dos Regulamentos.
2. Os membros do Conselho Fiscal devem assistir às reuniões da Direção quando para tal forem convocados pelo Presidente da Direção e desde que tal convocação seja deliberada pela Direção.

Art.º 32 *(Reuniões do Conselho Fiscal)*

O Conselho Fiscal reunirá pelo menos uma vez em cada semestre e sempre que for convocado pelo Presidente ou a pedido da maioria dos seus membros.



CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.º 33

(Casos omissos)

Os casos omissos são tratados em Direção do Instituto S. João de Deus, no estrito respeito pelos Estatutos Gerais da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, pelos Estatutos do Instituto S. João de Deus e pela respetiva legislação em vigor.

Art.º 34

(Alterações ao Regulamento Geral)

Compete exclusivamente à Direção do Instituto, após audição do Conselho Consultivo, promover à revisão, alteração ou publicação do Regulamento Geral, se e quando for o caso.

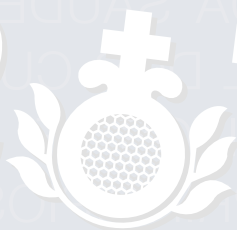
Art.º 35.º

(Entrada em Vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de outubro de 2018.



ESTATUTO



ORDEM HOSPITALAIRE DE
S. JOÃO DE DEUS
PROVÍNCIA PORTUGUESA

REGULAMENTO
GERAL